

POR UMA ESCOLA DE FATO DEMOCRÁTICA: UMA ANÁLISE DAS INTERSEÇÕES POSSÍVEIS ENTRE AS TEORIAS DOS PENSADORES DERMEVAL SAVIANI E PAULO FREIRE.

Thalita Souza de Andrade. 1

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como finalidade num primeiro momento fazer uma breve análise histórica do processo de constituição da escola pública, laica e democrática no Brasil do século XX a partir do movimento de trinta e dois. E, num segundo momento com base nas obras dos pensadores Dermeval Saviani e Paulo Freire buscar compreender a articulação entre a educação popular e os grupos marginalizados.

Para Saviani (1983), o modelo educacional escolanovista fora incapaz de responder a realidade apresentada nas escolas públicas brasileiras. A Escola Nova se organizara em moldes de escolas experimentais e em pequenos núcleos com infraestruturas bem estruturadas e onerosas que atendera as elites e implicara em custos maiores que a escola tradicional. Contudo, esse ideário foi amplamente propagado influenciando a prática pedagógica da maioria dos educadores e educadoras do sistema oficial de ensino. Com "consequências mais negativas que positivas uma vez que, provocando o afrouxamento da disciplina e a despreocupação com a transmissão dos conhecimentos acabou por rebaixar o nível do ensino destinado às camadas populares". (SAVIANI, 1983.p.22). De modo que se tem a escola como único lugar que o povo acessara ao saber elaborado, sistematizado e se apresentara como espaço de formação e oportunidades de desenvolvimento humano.

Por outro lado, a Escola Nova reivindicara a educação como direto de todos, dever do Estado e o acesso à escola para um número maior de pessoas obrigando a expansão da escola pública, a democratização do ensino e deflagrando os problemas estruturais e organizacionais dos sistemas nacionais escolares. Essa expansão para além de outros aspectos se dá para formar a força de trabalho que atendera as demandas da sociedade em transição no período do chamado Estado Novo.

O educador Dermeval Saviani assim como Paulo Freire defende a educação como emancipação de homens e mulheres e condição de libertação da classe trabalhadora,

























¹ Graduada do Curso de Pedagogia da Universidade Católica de Santos- UNISANTOS, <u>talitaandrade056@gmail.com</u>.



portanto uma educação popular e uma escola com princípios democráticos: educação com e para o povo. Diferentemente de instrução pública e instrução do povo em que sob a ótica das camadas dominantes o ensino deveria ser transmitido às camadas populares sem que elas participassem das formulações políticas e dos desdobramentos dos acontecimentos tocantes a sua própria vida.

Nesta perspectiva que se organiza o enquadramento teórico de educação popular e de escola pública democrática que tem o educador Paulo Freire como precursor e o movimento nacional de alfabetização por ele desenvovido e interrompido nos anos da ditadura militar (1964 a 1985).

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A pesquisa de caráter qualitativa com abordagem exploratória documentalrevisão sistemática de dados em jornais, pesquisas acadêmicas e a própria monografia da
pesquisadora dialoga com a observação participante e o diário de campo realizado no 25°
Encontro USP/ Escola. O encontro criado como um projeto de extensão promove a
formação continuada de docentes da Educação Básica com cursos, palestras entre outros.
A dimensão fenomenológica das experiências traçam o caminho com os próprios
processos históricos do objeto de estudo.

REFERENCIAL TEÓRICO

Diante de um país em constante transformações políticas, socioeconômicas e da transição de uma sociedade oligárquica para industrial a educação assume caráter iminente para a formação de trabalhadores e trabalhadoras muitos vindos do interior para as grandes metrópoles e a necessidade de uma força de trabalho letrada colocara a educação nas pautas centrais de discussões políticas e inspirara os legisladores constituintes para formulação de leis mais sensíveis a nova realidade² que se instituíra. Generalizar a escrita e, portanto, a generalização escolar para toda a sociedade era

























² Com a revolução de 1930, Vargas implementou transformações significativas por meio de políticas públicas que visavam atender a nova configuração do país e do ser social brasileiro. O eixo político deveria sair do rural para o urbano, enquanto o economico deveria sair do agropecuário para industrial. Tantas e tão profundas trasnformações enfrrentariam muitas resistências. Ao assumir a presidência da República, Vargas tomou medidas para concentrar em suas mãos o controle do país. Consequentemente aos poucos seu governo revelou a sombra de uma política autoritária cin a centralzização administrativa do país. Por outro lado, reconstruiu os sistemas políticos, sociais e econômicos do Brasil mediante a inclusão de demandas direcionadas às politicas públicas de direitos trabalhistas que progrediram gradualmente impulsionadas pelo aumento da oferta de vagas escolares e de um pensamento científico que florescia no âmbito urbano. A chamada era Vargas foi um marco na história brasileira por ocasião das diversas alterações e modernizações realizadas no período. Os anos de rompimento com estruturas consideradas atrasadas e a visão de um país industrializado e moderno impactaram substancialmente os campos social, político e econômico. (COTRIM, 2005).



necessário. Se antes a educação era para uma pequena elite no Brasil dos anos 30 e 40 os primeiros movimentos para a educação como direito de todos começara a surgir. O documento manifesto elaborado por 26 educadores liderados por Anísio Teixeira acabara por ter parte significativa de seus itens incluídos nas reformas empreendidas no sistema educacional no período de 1930 a 1937. No movimento dos pioneiros da educação aparecera ideias que perpetuara até hoje, são elas: a não obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas- laicidade; escola comum e única para todos mantidas pelo Estado assim como gratuidade e obrigatoriedade; escola democrática articulada com os ideais deweyano e a coeducação; ajuste ao modelo de desenvolvimento urbano industrial implementado no país em responder a realidade social em mudança e de fato a consolidação da economia capitalista e denunciar a estrutura educacional elitista e conservadora.

Segundo Saviani (1983.p.21) na tentativa de romper totalmente com a pedagogia tradicional imposta nas escolas e na prática educativa de educadores, os escolanovistas, centralizados na qualidade do ensino e de uma vertente mais ligada à psicologia e biologia da educação: o aluno no centro do processo educativo, a diminuição de conteúdos negando totalmente os feitos da escola tradicional acabara por importar o debate mais para o interior das escolas, ou seja, para os processos técnico-pedagógicos. Esse tipo de escola não conseguiu "alterar significativamente o panorama organizacional dos sistemas escolares, pois além de outras razões implicava custos bem mais elevados que a escola tradicional".

As classes populares continuam à margem desse projeto de país e educação, as divisões para o acesso, para os graus e modalidades de ensino são marcadores ainda presentes na estrutura e organização desse sistema. O ensino primário reservado a maioria da população enquanto o ensino secundário e ensino superior às elites. De acordo com Libâneo (1994.p.58), embora haja evidências que os princípios pedagógicos formulados pelos pioneiros não foram efetivamente absorvidos pela organização escolar que permaneceu tradicional. "O conflito entre os educadores católicos e escolanovistas, contribuiu para a denúncia das deficiências da estrutura educacional, influenciando a política de expansão da escola a um contingente maior da população." Contribuindo para

























a emancipação humana e histórica. Esse conflito dura um pouco mais de uma década culminando em 1961 com a formulação da lei de diretrizes e bases da educação. (ldb)³

Analfabetismo e o Movimento de Educação Popular no Brasil.

O analfabetismo em países da América latina bem como no Brasil apresentara índices alarmantes. No Brasil especificamente, contrasta com a inexperiência de democracia pós Estado Novo. Desse cenário surge a mobilização em torno da educação popular que tem o educador Paulo Freire como referência, nascido em dezenove de setembro de mil novecentos e vinte e um na cidade de Recife, a partir da sua própria história de vida e experiência educativa desenvolvera uma teoria que descreve como um processo vivo de educação- homens e mulheres conscientes e atuantes no mundo- uma educação como prática para liberdade. Apresentara um campo novo para novos-velhos paradigmas educacionais: a superação de uma educação de viés conservador e elitista, a superação da relação entre opressor e oprimido e, sobretudo pensara numa educação articulada com os interesses do povo.

Nos anos cinquenta o educador começara um projeto embrionário de alfabetização de adultos nas cidades interioranas de Pernambuco, posteriormente em mil novecentos e sessenta e três coordenou na cidade de Angicos, no estado do Rio Grande do Norte já mais estruturado um plano de alfabetização de adultos mundialmente reconhecido. Entendera nos círculos de cultura, uma estratégia para alfabetizar trabalhadores e trabalhadoras rurais. Nesse espaço de partilha juntamente com estagiários e coordenadores pedagógicos de outros estados instituíra que era possível que todos aprendessem a ler e escrever⁴, se conscientizassem politicamente da situação alienante de trabalho que viviam e a situação que o país atravessara. Segundo Freire (2019. p.13), "os participantes dos círculos de cultura não são uma minoria de aristocratas dedicada à especulação, mas homens do povo. Homens para os quais as palavras têm vida porque dizem respeito ao seu trabalho, à sua dor, à sua fome".



























³A lei de diretrizes e bases de mil novecentos e sessenta e um significou um marco nas políticas educacionais e na própria legislação. Foi a primeira legislação que garantiu a educação como direito de todos e dever do Estado, no entanto, a Igreja continuara com forte influência na instrução do povo.

⁴{...} o movimento começou em 1962 no nordeste- a região mais pobre do Brasil: cerca de 15 milhões de analfabetos para uma população de 25 milhões de habitantes. Nesta etapa a "aliança para o progresso", que fazia da miséria nordestina seu leitmotiv no Brasil, se interessou pela experiência (que abandonou mal se concluía) realizada na cidade de Angicos, Rio Grande do Norte. Os resultados obtidos, trezentos trabalhadores alfabetizados em cerca de 45 dias, impressionaram profundamente a opinião pública, e a aplicação do sistema pôde estender-se, já agora sob o patrocínio no governo federal, a todo território nacional. (FREIRE; 2019.p.17)



Esse projeto se tornara fundamental num Brasil que tinha quase metade da sua população analfabeta e sem legalidade da sua cidadania política. "Em 1960 encontravamse registrados 15,5 milhões de eleitores para uma população de 34,5 milhões com dezoito anos de idade ou mais." (FREIRE, 2019.p.28). A exclusão desse grupo de pessoas revelara a distância da composição desse eleitorado com a realidade. Os saberes e cultura produzidos por eles pela primeira vez tomariam forma no Programa Nacional de Alfabetização do governo João Goulart. ⁵

De acordo com Freire (2019.p.124): o desafio não era só os altos índices de analfabetismo e a sua superação. "Não seria a exclusiva superação do analfabetismo que levaria a rebelião popular à inserção. A alfabetização puramente mecânica. O problema para nós prosseguia e transcendia a superação do analfabetismo e se situava na necessidade de superarmos também a nossa inexperiência democracia. Ou tentarmos simultaneamente as duas coisas." Era a tentativa de superar a inexperiência para a experiência de participação e em que a educação se articulara com a cultura como imperativo. A escola nova popular em que Freire organizara e sua concepção pedagógica a serviço dos interesses populares. "Se a educação não pode tudo, alguma coisa fundamental a educação pode. Se a educação não é chave das transformações sociais, não é também simplesmente reprodutora da classe dominante." (FREIRE,1996, p.57)

Ainda, de acordo com Saviani nos anos setenta o país sob o regime da ditadura militar continua a revelar-se analfabeto e a marginalização da escolarização um dado real. "Cerca de cinquenta por cento de alunos das escolas primárias se encontrava em condições de semianalfabetismo ou analfabetismo potencial, sem levar em conta o contingente de crianças em idade escolar que sequer têm acesso à escola e que, portanto, já se encontram a priori marginalizados dela." (SAVIANI; 1983.p.15).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A teoria pedagógica dos autores Paulo Freire e Dermeval Saviani apresentam características para a reflexão de uma educação para a igualdade e a democracia como centralidade. A igualdade em direitos e, sobretudo a igualdade na diversidade. Uma escola pública e democrática feita com e pelas classes populares- séria e nem por isso rigorosa em que os métodos e os conteúdos articulados e o educador assuma uma prática educativa

























⁵ Com o golpe João Goulart foi deposto e Freire exilado e o movimento interrompido. Nos anos de ditadura militar o voto não era concedido aos analfabetos, somente com o fim da ditadura em mil novecentos e oitenta e cinco se tem a aprovação em lei e garantido esse direito constitucional. {..}"O critério segundo o qual só os alfabetizados podem votar é muito semelhante, em certo sentido, aos critérios censitários vigentes na Europa do século XIX." (FREIRE, 2019.p.28)



que seja idealista. Certamente, não uma prática idealista no vazio, e sim uma prática política e ora realista. "Uma análise ainda que superficial do fenômeno educativo nos revela que, diferentemente da prática política, a educação configura uma relação que se trava entre não antagônicos." (SAVIANI, 1983. p.92)

Com a educação freiriana se dá a valorização e fomento dos saberes produzidos pelas classes populares a partir dos círculos de cultura bem como os princípios norteadores da sua práxis: dialogicidade e diálogo. Uma prática educativa em que a relação entre educador e educando não se tenha opressores e oprimidos. Mais do que isso: sujeitos históricos em permanente inacabamento e a vocação ontológica do ser mais de homens e mulheres. As forças populares e a escola inseridas em outro projeto e em outra construção de sociedade.

A escola sempre fora espaço de disputa para conservação da ordem vigente. O que se coloca será uma educação apoiada em modelos democráticos nas escolas públicas: cultura escolar e currículo em que narrativas outras também sejam contempladas. Da possibilidade de se ensejar políticas educacionais mais inclusivas, uma política em que o ensino ofertado não tenha marcação entre as classes e os processos de modernização da sociedade e preocupação de formação do homem capaz de corresponder a esses novos desafios se transforme em desigualdades culturais e sociais nos interiores escolares.

Haja vista, com o movimento renovador de mil novecentos e trinta e dois não houvera mudança significativa na estrutura e organização dos sistemas nacionais escolares e a democratização e universalização não se consolidara. Contudo, o exercício democrático para implementação da legislação proposto e construído pelos escolanovistas a serviço de uma escola para todos, comum, laica e gratuita, outras relações pedagógicas e os processos por ela desencadeados marcara a história da educação brasileira.

Trata-se de pensar as práticas educativas com vistas à democracia. Isto é, se com práticas antidemocráticas o educador ensina a democracia há um equívoco, e também o mesmo acontece quando se infere que a "democratização das relações internas à escola é condição suficiente de democratização da sociedade." (SAVIANI,1983. p.86). A ação pedagógica se faz valer porque supõe-se as condições das quais nelas estão intrínsecas: a intencionalidade e a própria relação entre educador e educando. Se apreendo que há desigualdade e pela mediação da ação/práxis do educador uma passagem da desigualdade



























para igualdade admitindo que a desigualdade é uma igualdade possível. "Se não acredito que a desigualdade pode ser convertida em igualdade pela mediação da educação, obviamente não em termos isolados, mas articulada com as demais modalidades que configuram a prática social global, então não vale desencadear a ação pedagógica." (SAVIANI,1983. p.87).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola pública sofreu muitas modificações no decorrer da história desempenhando suas funções sociais indispensáveis para a evolução da humanidade e para emancipação humana, ainda é lugar central na vida e na sociedade contemporânea e tem papel relevante na definição do presente e futuro desta. Segundo Saviani, a escola tem função especificamente educativa, "propriamente pedagógica ligada à questão do conhecimento, é preciso pois resgatar a importância da escola e reorganizar o trabalho educativo, levando em conta o problema do saber sistematizado a partir do qual se define a especificidade da educação escolar" (SAVIANI, 1983. p.85).

No Brasil a universalização do acesso ao ensino - educação básica se deu tardiamente somente no século XXI. O conhecimento elaborado, sistematizado e divulgado era uma forma de relação de controle e poder sob as classes populares. A maioria dos estudantes matriculados nas escolas eram da rede privada de ensino revelando o caráter elitista permanente da educação. O povo frequentador das escolas públicas continuara a cursar os quatro anos do ensino fundamental: a educação elementar voltada às demandas de trabalho porquanto se o conseguisse acessá-la, o secundário era ainda mais excludente e reservado para uma pequena parcela de abastados que seguira estudando até o ensino superior.

Em decorrência da marginalização social e política e não escolarização da maioria da população ao longo de anos a erradicação do analfabetismo se constitui numa realidade ainda a ser superada.

Uma educação que se quer para todos em qualidade e um modelo educacional que incorpore o processo de aprendizagem e o ensino não autoritários e fundamentalmente o domínio do capital cultural pelas classes populares como condição de libertação. Dominar a cultura como instrumento para a participação política e cidadã.

É nesse sentido, que a Pedagogia Histórico- Crítica parece dar direcionamento para o debate e proposição de uma escola democrática efetivamente. "O papel de uma teoria crítica da educação é dar substância concreta a essa bandeira de luta de modo a

























evitar que ela seja apropriada articulada com os interesses dominantes" (SAVIANI, 1983, p.42). Ainda:

> Lutar contra a seletividade, a discriminação e o rebaixamento do ensino das camadas populares; lutar contra a marginalidade por meio da escola significa engajar- se no esforço para garantir aos trabalhadores um ensino da melhor qualidade possível, nas condições históricas atuais" (SAVIANI, 1983, p 42)

REFERÊNCIAS

COTRIM, Gilberto Vieira. História Global, Brasil e Geral - volume único. São Paulo: Saraiva, 2005.

PESCUMA, Derna & CASTILHO, Antônio P.F. de trabalho acadêmico: o que é e como se faz? 3 ed. São Paulo: Olho d'água, 2003.

FREIRE, P. Educação como Prática da Liberdade: Paulo Freire. 45ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 25^a ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIBÂNEO, J. Democratização da Escola Pública: a pedagogia crítico social dos conteúdos. 12ª ed. São Paulo: Loyola, 1994.

SAVIANI, D. Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara. Onze teses sobre educação e política. 1ª.ed. Campinas: Letras, 1983.

OLIVEIRA, Aline Lima de: MELO, Danielle Rose Souza Cruz; LIMA, Fábio Souza Correa; SILVA, Rakel Fabianne Cantanhede da; ALVES, Syangue Bardales. Era Vargas e a educação: um estudo do contexto histórico e político dos avanços educacionais da época. disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/23/39/era-vargase-a-educacao-um-estudo-do-contexto-historico-e-politico-dos-avancos-educacionaisda-epoca. Revista Educação Pública, Rio de Janeiro, v. 23, nº 39, 10 de outubro de 2023. Acesso em: 27, ago.2025

Exposição Nacional do Estado Novo. Disponível em: https://expo-virtualcpdoc.fgv.br/sites/expo-virtual-cpdoc.fgv.br/files/documentos/981.082.3e96e-catalogo-<u>da-exposicao-nacional-do-estado-novo</u>. Acesso em:25 jan.2025.























